



Universidade Aberta do Brasil – UAB
Faculdade de Educação - FE
Coordenação do Programa de Pós-Graduação em
Educação II Curso de Especialização em Educação
na Diversidade e Cidadania, com ênfase na
Educação de Jovens e Adultos / 2013-2014



Rosilene Soares Silva

DA OPRESSÃO À CIDADANIA: do direito à leitura sobre os direitos e deveres do cidadão.

BRASÍLIA, DF

Abril/ 2014



**Universidade de Brasília – UnB
Universidade Aberta do Brasil – UAB
Faculdade de Educação - FE
Coordenação do Programa de Pós-Graduação em
Educação II Curso de Especialização em Educação
na Diversidade e Cidadania, com ênfase na
Educação de Jovens e Adultos / 2013-2014**



**DA OPRESSÃO À CIDADANIA: do direito à leitura sobre os direitos e
deveres do cidadão.**

Rosilene Soares Silva

Elaine Filomena Chagas Cáceres
Professora Orientadora

Alzira Aparecida D. A. dos Santos
Tutora Orientadora

PROJETO DE INTERVENÇÃO LOCAL

Brasília, DF
Abril/ 2014



Universidade de Brasília – UnB
Universidade Aberta do Brasil – UAB
Faculdade de Educação - FE
Coordenação do Programa de Pós-Graduação em
Educação II Curso de Especialização em Educação
na Diversidade e Cidadania, com ênfase na
Educação de Jovens e Adultos / 2013-2014



Rosilene Soares Silva

DA OPRESSÃO À CIDADANIA: do direito à leitura sobre os direitos e deveres do cidadão.

Trabalho de conclusão do II Curso de Especialização em Educação na Diversidade e Cidadania, com Ênfase em EJA /2013-2014, como parte dos requisitos necessários para obtenção do grau de Especialista na Educação de Jovens e Adultos.

Professora Orientadora

Tutora Orientadora

Avaliador Externo

Brasília, DF
Abril/ 2014

SILVA, Rosilene Soares.

***DA OPRESSÃO À CIDADANIA: do direito à leitura sobre os direitos e deveres do cidadão
Rosilene Soares Silva – Brasília, 2014.***

***Projeto de Intervenção Local (PIL) – Universidade de Brasília, Faculdade de Educação,
2014.***

Professora Orientadora: Elaine Filomena Chagas Cáceres.

Jovens – Adultos – Cidadania – Direitos – Deveres.

Dedico esta conquista ao Bruno.
Linda parceria, nos vales e nas montanhas!

AGRADECIMENTOS

A Deus, fonte de amor, toda honra e gratidão.

A minha mãe, bonita e sabida.

A meu pai, saudades eternas.

À família amada, razão da minha alegria, pelo amor incondicional.

Aos coordenadores, professores e tutores, principalmente, a professora orientadora, fundamentais para meu crescimento pessoal e profissional, transformando momentos difíceis em aprendizado.

A todos os colegas do curso, pelas contribuições pessoais e intelectuais.

Em especial aos alunos pela construção conjunta de conhecimentos, pela busca constante por dignidade, por ensinar a ser humano, mesmo quando a correria do cotidiano ensina o contrário. Meu carinho, por lembrar com seus atos que este país é construído com o trabalho de todos os que aqui residem, mas sobremaneira com o suor de homens e mulheres simples, por vezes invisíveis à sociedade.

“Se a educação sozinha não pode transformar a sociedade, tampouco sem ela a sociedade muda. Se a nossa opção é progressiva, se estamos a favor da vida e não da morte, da equidade e não da injustiça, do direito e não do arbítrio, da convivência com o diferente e não de sua negação, não temos outro caminho se não viver a nossa opção”.

Paulo Freire

RESUMO

O Projeto de Intervenção Local “Da Opressão à Cidadania: do direito à leitura sobre os direitos e deveres do cidadão” visa ir além da alfabetização de Jovens e Adultos com decodificação de letras. Tem como objetivo trabalhar a conscientização de direitos e deveres para consigo, comunidade e sociedade. Proporcionar por meio de debates, com palavras geradoras escolhidas nas nossas leis, condições dignas de enfrentamento da realidade social, tendo como finalidade a prevenção de vícios, combate à violência, inserção no mercado de trabalho, fortalecimento do grupo familiar. A metodologia adotada integra as diversas áreas do conhecimento de maneira interdisciplinar e multidisciplinar com vistas à promoção da autonomia do educando.

ABSTRACT

The Design of Local Intervention "From Oppression to Citizenship: the right to read about the rights and duties of the citizen" aims to go beyond the literacy of Young People and Adults with decoding letters. Aims working awareness of rights and duties for you, community and society. Provide through debates, with generative words chosen in our laws and dignified conditions of coping with the social reality, having as its purpose the prevention of vices, combating violence, insertion in the labor market, strengthening of the family group. The methodology integrates the various areas of knowledge in an interdisciplinary and multidisciplinary with a view to promoting the independence of the student.

Keywords : Young People - Adults - Literacy - Rights - Duties

LISTA DE SIGLAS

- CAIC**- Centro de Atenção Integral à Criança
- CF** – Constituição Federal
- CLT**- Consolidação das Leis Trabalhistas
- CNH** - Carteira Nacional de Habilitação
- COOPAS**- Cooperativa Agropecuária de São Sebastião
- CODEPLAM**- Companhia de Planejamento do Distrito Federal
- DST**- Doenças Sexualmente Transmissíveis
- EAD** - Educação a distancia
- ECA**- Estatuto da Criança e Adolescente
- EJAT** – Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores
- IBGE**- Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- LDB** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação
- MJ**- Ministério da Justiça
- MS**- Ministério da Saúde
- MST** - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
- NOVACAP** - Companhia Urbanizadora de Brasília
- PIL** - Projeto de Intervenção Local
- ONU** - Organização das Nações Unidas
- PDAD** - Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios
- RA XIV**- Região Administrativa de São Sebastião- DF 14
- TJDFT** - Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios
- UAB** - Universidade Aberta de Brasília
- UNB** - Universidade de Brasília
- UNESCO**- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1- DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO(S) PROPONENTE(S).....	12
2 - DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO.....	12
3- AMBIENTE INSTITUCIONAL.....	13
4- JUSTIFICATIVA E CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA.....	16
5- OBJETIVOS.....	24
6- ATIVIDADES/RESPONSABILIDADES.....	25
7- CRONOGRAMA.....	28
8- PARCEIROS.....	30
9- ORÇAMENTO.....	30
10- ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO.....	31
11- REFERÊNCIAS.....	32

1- DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE:

NOMES: Rosilene Soares Silva TURMA E

INFORMAÇÕES PARA CONTATOS:

Telefones:

E-mail:

2-DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO:

2.1- TÍTULO: Da Opressão à Cidadania: do direito à leitura sobre os direitos e deveres do cidadão.

2.2- ÁREA DE ABRANGÊNCIA: Local

2.3- INSTITUIÇÃO:

NOME: Centro de Atenção Integral à Criança – Caic Unesco- São Sebastião

ENDEREÇO: Quadra 05 Conj. A - Área Especial Centro – Caic Unesco.

INSTÂNCIA INSTITUCIONAL DE DECISÃO:

Governo do Distrito Federal – (**GDF**), Secretaria de Estado de Educação do DF.

2.4- Público ao qual se destina:

Alunos da Segunda Etapa do 1º Segmento de EJA, noturno, geralmente, egressos do campo. Conforme levantamento da Companhia de Planejamento do Distrito Federal - (Codeplan), dos residentes na RA XIV, 41,98% do contingente populacional é nascido no Distrito Federal, enquanto 58,02 são imigrantes. Do total de imigrantes, 61,07% são naturais do Nordeste; 25,40%, do Sudeste e 8,51%, do Centro-Oeste. Em relação à origem por estados, 21,34% são de Minas Gerais; 21,26% Bahia; 14,49% Piauí e 11,88% Maranhão.¹

2.5- PERÍODO DE EXECUÇÃO:

O projeto será executado durante o 2º semestre de 2014.

Início: 07//2014

Término: 12/2014

¹<http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/Pesquisas%20Socioecon%C3%B4micas/PDAD/2013/S%C3%A3oSebasti%C3%A3o.pdf>

3 - AMBIENTE INSTITUCIONAL

O Centro de Atenção Integral à Criança – Caic Unesco, localiza-se na Região Administrativa de São Sebastião-DF, (**RA-XIV**).

Segundo informação do sítio governamental dessa Região Administrativa, www.saosebastiao.df.gov.br, a cidade surgiu com o início das obras da construção de Brasília, a partir de 1957. Várias olarias ali se instalaram em terras posteriormente arrendadas através da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, visando, à época, suprir parte da demanda da construção civil por materiais.

Com a expiração dos contratos, as olarias foram sendo desativadas e o núcleo urbano foi se estruturando aos poucos de forma irregular, ao longo do córrego Mata Grande e Ribeirão Santo Antônio da Papuda. O preço baixo da terra, a falta de regularidade na ocupação do solo e a beleza do local contribuíram para o crescimento acelerado da cidade. Sua localização privilegiada, que inicialmente atraiu trabalhadores da construção civil e de serviços domésticos, hoje acolhe pessoas de todas as regiões brasileiras pelos mais diversos motivos, como educação e empreendedorismo.

Em 25 de junho de 1993 a Lei 167/93 criou a Região Administrativa XIV, Cidade São Sebastião. Esta passou a ser a data comemorativa do aniversário da cidade.

O nome São Sebastião é uma homenagem a um dos primeiros comerciantes a chegar à cidade, “Seu Sebastião”. Instalou-se nas terras desapropriadas da Fazenda Taboquinha e retirava areia ao longo do Rio São Bartolomeu. O material era vendido para as construtoras da Companhia Urbanizadora de Brasília (**Novacap**). O pioneiro ficou conhecido como “Tião Areia”² graças a esta atividade.

A população de São Sebastião, alvo da pesquisa do 12º volume da Pesquisa Distrital por Amostra de domicílios (**PDAD**), está estimada em 97.977 habitantes, distribuídos em 27.405 domicílios urbanos, com uma média de três moradores por residência.³

Da população total de São Sebastião destaca-se o elevado percentual daqueles que não estudam, ou seja, 67,66%. Entre os que estudam (32,64%) e, 27,13% frequentam a escola pública.

Quanto ao nível de escolaridade, 2,07% declararam ser analfabetos. Esse percentual sobe para 4,20% quando somado aos que somente sabem ler e escrever e aos que fizeram curso de alfabetização de adultos sem dar continuidade aos estudos.

²www.saosebastiao.df.gov.br

³<http://www.gdf.df.gov.br/noticias/item/8744-s%C3%A3o-sebasti%C3%A3o-tem-desenvolvimento-acelerado-com-chegada-de-novos-moradores.html>

Quase metade da população de São Sebastião concentra-se no grupo dos que têm o nível fundamental incompleto (40,43%) e Ensino Médio completo (19,11%). Vale destacar que 1,97% da população de São Sebastião não teve acesso ou não concluiu o Ensino Fundamental e o Ensino Médio em idade apropriada. Essa parcela da população participou ou participa da Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores - EJAT.

Os que concluíram o curso superior, incluindo especialização, mestrado e doutorado, somam 5,99%⁴.

3.1- HISTÓRIA DO CAIC UNESCO

A construção dos prédios dos CAICs - Centro de Atenção Integral à Criança teve início no governo Fernando Collor de Melo em 1991 e conclusão no governo Itamar Franco. Esse tipo de construção serviria de estrutura para o Programa Nacional de Apoio Integral à Criança e ao Adolescente (**PRONAICA**). A princípio o objetivo era abrigar crianças carentes de 0 a 14 anos, em período integral, com oficinas de iniciação para o trabalho, assistência médica e dentária. Como o programa não teve continuidade, devido aos problemas governamentais da época, o governo federal cedeu a estrutura física para os estados e o Distrito Federal. A estrutura da escola não recebe os reparos devidos apesar do tempo de utilização do espaço, aproximadamente 23 anos.⁵

Porém, com todas as dificuldades, sendo uma escola apenas para o público infantil, os profissionais da educação e educandos se esforçam a fim de que o ensino e aprendizagem, na Educação de Jovens e Adultos, primeiro segmento, aconteça dentro do melhor rendimento possível.

São quatro (4) turmas, uma referente a cada etapa do primeiro segmento. O trabalho é desenvolvido por professores, uma orientadora educacional, uma coordenadora e direção, todos profissionais da Secretaria de Estado de Educação do DF.

A escola tem uma Proposta Pedagógica que visa a atender a especificidade dos alunos jovens e adultos que sofreram o processo de exclusão escolar. Percebe-se a necessidade de trabalhar com a concepção emancipatória da educação, conforme apresenta o mestre Paulo Freire, no seu livro Pedagogia do oprimido. Busca-se, portanto, a emancipação por meio de uma educação problematizadora e não “bancária”⁶.

Os professores têm autonomia para promover os alunos de semestres e segmentos. A classificação, promoção de um aluno, fica a cargo do conselho de professores.

⁴<http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/Pesquisas%20Socioecon%C3%B4micas/PDAD/2013/S%C3%A3oSebasti%C3%A3o.pdf>

⁵ www.correioweb.com.br

⁶ Freire, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 1987, pág. 69.

3.2 - PERFIL DO ALUNO DA EJAT- EDUCAÇÃO DE JOVENS, ADULTOS E IDOSOS TRABALHADORES DO CAIC UNESCO:

No 1º Segmento, o perfil de atendimento refere-se à alfabetização e à pós-alfabetização de jovens e adultos. Seu conteúdo corresponde às séries iniciais do ensino fundamental da Educação Básica.

Os sujeitos da EJAT apresentam uma variedade de idades, de 15 anos de idade até idosos que frequentam a escola para pertencer a um grupo social. A diversidade sociocultural é outro fator que demanda atenção. Na educação infantil essa diversidade é mais branda em virtude da pouca vivência pessoal, já na EJAT a diversidade faz parte do processo educativo em todas as suas áreas: diversidade sexual, étnica, religiosa, cultural.

4 - JUSTIFICATIVA / CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA/ MARCO TEÓRICO

No início de cada semestre, antes de iniciar o trabalho de alfabetização ou pós-alfabetização, realizar-se-á um diagnóstico mediante uma autoavaliação por escrito. Para aqueles que ainda não interpretam as perguntas ou têm dificuldade de ler e escrever. Ao final, será elaborado um relatório sobre a atual fase de conhecimento pedagógico e informações pessoais do aluno.

No relatório será registrado nome; assinatura; data de nascimento; naturalidade; endereço; tempo de trajeto que gasta para chegar à escola; estado civil; vícios; saúde; profissão; situação funcional; previdência; habilidades em relação a trabalho (permite divulgação entre os colegas sobre o serviço que desempenham); dificuldade para encontrar emprego, interesse em cursos relacionados a trabalho (possibilidade de criar oficinas na escola); o que é uma sala de aula ideal; educador ideal. Anotar-se-á, ainda, o nível de alfabetização do educando. Tal trabalho será realizado de maneira informal, com a finalidade de evitar constrangimentos ao educando.

No sítio da Companhia de Planejamento do Distrito Federal (**Codeplan**) a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (**PDAD - 2013**) demonstra os seguintes dados: 95,24% declararam que não sofreram em, em 2012, qualquer tipo de violência. Entre os 4,76% que declararam ter sofrido, o roubo com 75,29% e o furto com 22,35% foram os dois tipos de delito mais observados em São Sebastião⁷. No entanto, essa informação não condiz com a sensação de insegurança na cidade. Moradores de São Sebastião fazem passeatas pedindo combate às drogas e o fim da violência. Alfabetizandos relatam que os filhos estão envolvidos com drogas, presos. Já houve casos de o aluno não continuar os estudos em razão de morte violenta na família. O sítio da Empresa Brasileira de Comunicações (**EBC**) registrou que 100 manifestantes, em 01/09/2013, fizeram passeata contra as drogas e pelo fim da violência. Levaram cartazes com fotos e nomes de jovens mortos na cidade.⁸ Com uma busca rápida em sítios de busca na internet encontram-se inúmeras notícias de mortes, principalmente, por “acerto de contas”. Homicídios envolvendo arma de fogo.

Este Projeto de Intervenção traz como aprendizado do presente curso de Especialização, a reflexão sobre a significação dos sujeitos de EJA trabalhadores. Nessa perspectiva do autoreconhecimento e construção de conhecimento do grupo, educandos e educadores, todos buscam não apenas decodificação de letras, mas também a decodificação do mundo, de sua identidade.

⁷<http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/Pesquisas%20Socioecon%C3%B4micas/PDAD/2013/S%C3%A3oSebasti%C3%A3o.pdf>

⁸<http://centraldeconteudo.ebc.com.br/permalink/radioagencianacional/163793?download>

A educação tem como função capacitar o ser humano a tomar decisões em todas as áreas da vida. Resoluções corretas exigem acesso à informação e a capacidade de interpretação de forma crítica. Daí a necessidade de se debater temas de forma contextualizada e relacionada com o conteúdo didático.

Ao buscar seus direitos junto ao Estado, sabendo a quem recorrer, escrevendo uma petição, talvez, ainda com erros ortográficos, porém, fazendo-se entender, o sujeito terá acesso a ferramentas necessárias ao exercício da cidadania.

Segundo O Currículo em Movimento da Educação Básica da Educação⁹ de Jovens e Adultos, página 12, os estudantes da EJAT trazem a marca da exclusão em sua história de vida. Os educandos são jovens, adultos, idosos, portadores de necessidades educacionais especiais, integrantes de movimentos sociais e populares; trabalhadores da cidade e do campo.

O grupo de estudo EJAT- Caic Unesco, não é diferente. Formado por um público de trabalhadores formais e informais, brancos, pardos, descendentes de índios e grande maioria afrodescendentes: com necessidades especiais, nem sempre diagnosticadas por profissionais.

O público é composto por um grande número de mulheres trabalhadoras, com “tripla ou mais jornadas”. Cuidam dos filhos, da casa, trabalham fora, estudam, são mantenedoras e educadoras. Assim como também há homens que mantêm o lar sem a colaboração de uma companheira ou companheiro. Às vezes, a falta de ter com quem dividir responsabilidades no lar acaba por atrapalhar os estudos. Alunos reclamam não haver com quem deixar os filhos.

Essas relações de gênero nos remetem ao visionamento do “Acorda Raimundo, acorda!”¹⁰ no qual os papéis masculinos e femininos se “invertem”. O filme mostra o preconceito comum na sociedade. O vídeo é antigo, porém o preconceito permanece apesar de ser comum a mulher trabalhar fora nos dias atuais e o homem zelar dos afazeres da casa. No contexto educacional, essa mulher retratada em forma de comédia no filme, está na sala de aula e, portanto, a aula deve ser planejada de forma a respeitar o tempo do aluno trabalhador o qual divide seu tempo entre escola, trabalho e família.

⁹Currículo em movimento Educação de Jovens e Adultos, Secretaria de Educação do Distrito Federal.

¹⁰“Acorda Raimundo, acorda!” <http://www.youtube.com/watch?v=HvQaqcYQyxU>

O texto “Sexualidade, sociedade e política”¹¹ convida à reflexão sobre a diversidade, por ser a escola um local onde se aprende sobre convivência social. Desafia a questionar as situações de desigualdades geradas pelo preconceito. Nessa reflexão, acorda-se para a necessidade de formação continuada tendo em vista o bombardeio de informações dos meios de comunicação e formação familiar.

Contribuí, ainda, para o nosso projeto de intervenção o visionamento do filme “Vida Maria”¹² que mostra a abdicação dos estudos em função do trabalho e a história que se repete com os filhos. Jovens, adultos e idosos do EJAT repetem histórias de seus familiares e antepassados. Porém, lutam por uma mudança nas suas histórias de vidas.

Os educandos trabalhadores do Caic são pessoas de “muitas histórias”, como brilhantemente ensina Chimamanda Adichie¹³. Ao assistir a palestra de Adichie percebe-se que em todas as histórias, seja da cultura indígena, quilombolas, movimento dos Trabalhadores Sem Terra, não alfabetizados, excluídos em geral, há vítimas, geralmente, da “única história”, do estereótipo. Apesar de estigmatizadas como pessoas desfavorecidas intelectualmente, apresentam conhecimento e leitura de mundo.

O sujeito da EJAT é educando que trabalha e, por isso, a educação desse aluno deve ser diferenciada. Que no dizer do mestre Paulo Freire, a educação deve partir da realidade do educando. Não há alfabetização significativa sem partir do pressuposto que a educação deve rever a forma de trabalho numa visão sustentável, justa e solidária. Construir sociedade livre e justa é objetivo fundamental da República Federativa do Brasil conforme dispõe na Carta Magna em seu Art. 3º, inciso I. Assim, a educação de jovens e adultos trabalhadores deve ser pautada pelos princípios da cidadania, da diversidade, da aprendizagem e do trabalho digno.

No texto a “Cultura do trabalho na Relação com a Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores”¹⁴, Erlando da Silva Rêses explica o surgimento de postos de trabalho cada vez mais precários em consequência da desregulamentação das relações de trabalho.

¹¹ Sexualidade, sociedade e política. Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Livro de conteúdo. 2009. Rio de Janeiro. CEPESC; Brasília. SPM, 2009. *Passim*.

¹²“Vida Maria”. http://www.youtube.com/watch?v=zHQqpl_522M:

¹³ADICHIE, Chimamanda. Os perigos de uma história única. 18’.

http://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=ZUtLR1ZWtEY

¹⁴RÊSES, Erlando da Silva - Cultura do Trabalho na Relação com a Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores- Modulo II. *Passim*.

Esclarece, ainda, a necessidade de o educador desvendar a dinâmica do mundo do trabalho e como os estudantes se movimentam nele.

Rêses ilustra a importância das experiências individuais e coletivas nos processos educativos citando Thompson (2002, p. 13) “O que é diferente acerca do estudante adulto é a experiência que ele traz para a relação. A experiência modificada, às vezes de maneira sutil e às vezes mais radicalmente, influencia todo o processo educacional; influencia os métodos de ensino, a seleção e o aperfeiçoamento dos mestres e o currículo, podendo até mesmo revelar pontos fracos ou omissões nas disciplinas acadêmicas tradicionais e levar à elaboração de novas áreas de estudo.”

Em relação à precariedade dos postos de trabalho acessíveis ao trabalhador educando, citado por Rêses, observa-se a realidade do estudante do Caic Unesco em situação mais crítica que a apresentada no vídeo “Bom dia, meu nome é Sheila”¹⁵ ao tratar do subtrabalho. As normas trabalhistas não são, em sua maioria, respeitadas. Alguns não têm carteira registrada, outros trabalham além do número de horas previstas na Constituição.

Segundo Paolo Nosella¹⁶, no texto “Trabalho e Educação: Território e Globalização” a especificidade pedagógica para cada grau e modalidade escolar decorre do momento vivido pelo jovem e adulto em busca de sua definição moral, intelectual e social. Nosella destaca a Pedagogia da Alternância como uma fórmula pedagógica adequada, entre outras, para envolver família, escola e território como atores principais na formação dos jovens. Para Nosella o trabalho é o princípio educativo geral de todo processo educativo e, naturalmente, de todo sistema escolar.

Os educandos, na maioria, são trabalhadores braçais ou comerciantes, formais e informais. Alguns trabalham ou trabalharam em chácaras, lidam com animais e plantações. Convém citar as reflexões do presente curso de Especialização no qual foi discutido: o que é rural? Quem são os sujeitos da educação do homem do campo ou o egresso? O que significa reconhecer o campo como produtor de cultura e conhecimento? Como vemos o campo no contexto do Distrito Federal; é um espaço distante e divergente do urbano? Qual a relação dos educandos da EJA e suas histórias de vida com a vida no campo?

Os sujeitos da educação do campo são pessoas com necessidades peculiares, necessitam de uma educação voltada para a produção e não uma educação tradicional. O modelo hegemônico de produção no campo com seus agrotóxicos adoecem seus trabalhadores, produzem estragos na natureza e nas pessoas.

¹⁵BOM dia meu nome é Sheila. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=KVRwnko8YfA>.

¹⁶NOSELLA, Paolo. Texto: Trabalho e Educação: Território e Globalização, 2011.

O filme “Mosaico de olhares”¹⁷, o qual mostra a luta pela reforma agrária não vista nos meios de comunicação, demonstra a legalidade e necessidade de busca por dignidade de trabalho no campo do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Os depoimentos dos trabalhadores convidam para realidade ao demonstrar o martírio de participar do MST. Na fala do senhor Teobaldo Rocha “tudo é pra quem tem muito e nada é pra quem não tem nada”. Rocha relata: “Os momentos mais difíceis mesmo foi esse: você ver os seus companheiros tudo deitado no chão. As crianças, sem respeitarem as crianças. Com armas pesadas em cima da gente. [...] Meu filho deve ter ficado traumatizado quando viu um policial com uma doze cerrada no meu ouvido”. Teobaldo faz uma reflexão sobre a busca desenfreada pelo lucro em detrimento da dignidade humana. É bem verdade que a luta deve também partir do próprio grupo como sujeito, mas o Estado deve proporcionar condições para que seja possível a ação.

Em São Sebastião, o campo não é diferente da cidade. A Cooperativa Agropecuária de São Sebastião (COOPAS) abastece a Secretaria de Estado da Educação fornecendo merenda para as escolas de São Sebastião e outras do Distrito Federal. A Região de São Sebastião é conhecida como bacia leiteira¹⁸.

Conveniente reflexão proporciona o visionamento do documentário “O veneno está na mesa”¹⁹, Direção de Silvio Tendler. Convida não apenas a sociedade a pensar sobre os riscos de trabalhar com agrotóxicos. Mostra, também, a dependência entre a cidade e o campo. A Educação do Campo se destaca como tema relacionado à atividade de EJA. O assunto apresenta culturas, valores, modos de vida, festividades, habilidades e conhecimentos que fazem parte do contexto do aluno oriundo do campo. Tudo isso deve ser explorado no ensino-aprendizagem.

4.1 - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

As legislações disciplinadoras da Educação de Jovens e Adultos que serão estudados são Constituição Federal, Lei de Diretrizes e Bases da Educação e Declaração Universal dos Direitos Humanos.

¹⁷MOSAICO de Olhares – Colônia I. Direção de Fernanda Litvin Villas Bôas, 2007 (37'45"). Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=DNsFBPtLG2c>>.

¹⁸<http://www.noticias.sebrae.com.br/asn/2009/03/03/8205156>

¹⁹“O veneno está na mesa”. ”<https://www.youtube.com/watch?v=WYUn7Q5cpJ8>”.

4.1.1 - CONSTITUIÇÃO FEDERAL

A Constituição leciona que a educação visa o desenvolvimento para cidadania com base no princípio da liberdade e igualdade.

Em seu artigo 205, nossa Carta Magna defende a educação como direito de todos e dever do Estado e da família e será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

O artigo 206 aponta os princípios que devem ser observados na oferta do ensino no Brasil, dentre os elencados, o do inciso I é de fundamental importância para a EJAT. Tratar da evasão escolar tão comum na educação do aluno trabalhador. Informa tal princípio que o ensino terá base na igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

Reza o Art. 208 que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de ensino fundamental. Assegura, inclusive, sua oferta obrigatória e gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria. Oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando; atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. O não oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente, de acordo com o parágrafo segundo do referido artigo.

4.1.2 - LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO- LDB - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (**LDB**) define a Educação de Jovens e Adultos como a destinada a pessoas “que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”. A LDB regulamenta o direito previsto na Constituição da República Federativa do Brasil em seu capítulo II, seção 1, artigo 208, inciso I, de que todos os cidadãos e cidadãs têm o direito à educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria²⁰.

No artigo 4º a Lei de Diretrizes e Bases instrui que o dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de oferta de educação escolar regular

²⁰Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009.

para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola.

Explica, ainda, que acesso ao ensino obrigatório é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída, e, ainda, o Ministério Público, acionar o Poder Público para exigir a oferta.

A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria, de acordo com o artigo 37º da presente Lei. No parágrafo primeiro, complementa que os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam estudar na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. No parágrafo segundo afirma, categoricamente, que o Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

4.1.2.3 - DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, que delineia os direitos humanos básicos, foi elaborada pela Organização das Nações Unidas (**ONU**), em 10 de dezembro de 1948.

Segundo o *Guinness Book of World Records*, a Declaração Universal dos Direitos Humanos é o documento traduzido no maior número de línguas. Em Dezembro de 2012, o site oficial da Declaração Universal dos Direitos Humanos informa a existência de 403 traduções disponíveis.²¹

O artigo I reza que todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade. Afirma, ainda, no artigo II, que toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidas nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

A Declaração, no artigo XXVI, estabelece o direito de toda pessoa à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução

²¹<http://acordocoletivo.org/2012/12/18/declaracao-universal-dos-direitos-humanos-5>.

elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito. Toda instrução será orientada para o fortalecimento do respeito pelos direitos humanos

4.1.2.4 - DECRETO Nº 6.093/2007 (PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO)

O Programa Brasil Alfabetizado foi instituído pelo Decreto nº 4.834, de 8 de setembro de 2003, posteriormente substituído pelo Decreto nº 6.093, de 24 de abril de 2007.

O Programa Brasil Alfabetizado tem por fundamento a universalização da alfabetização de jovens e adultos de quinze anos ou mais. O fundamento do Programa é o atendimento prioritário dos Estados e Municípios com maiores índices de analfabetismo, considerando o Censo Demográfico de 2000, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (**IBGE**).

5- OBJETIVOS

5.1- GERAL

Construir por meio de conscientização uma cultura de prevenção de conflitos, violências, doenças, mediante uma educação que atenda às necessidades urgentes da comunidade local. Buscar junto ao grupo propostas de soluções para os problemas sociais da comunidade.

5.2- ESPECÍFICOS

a) instigar o desenvolvimento da habilidade de análise do aluno, com atividades que colaborem com seu desenvolvimento intelectual, social e profissional;

b) estimular o entendimento de que todos nós somos sujeitos históricos de direitos e deveres;

c) resgatar a autoestima com a construção de uma identidade individual e coletiva.

d) fortalecer a organização da comunidade por meio de cooperativas, organizações comunitárias, movimentos sociais e economia solidária;

6- ATIVIDADES/RESPONSABILIDADES:

6.1 - DEBATES

Com vistas a desenvolver o trabalho, as lições do mestre Paulo Freire, no livro Pedagogia do Oprimido, serão seguidas. Diagnosticadas as “situações-problemas” os temas despertados serão as palavras geradoras.

Essas palavras serão apresentadas em cartazes. Nos círculos de cultura haverá debates e reflexões sobre o tema e a realidade do grupo. A busca pela conscientização acerca dos problemas cotidianos e suas soluções serão o centro da construção coletiva. Serão disponibilizados materiais como textos, folhetos e materiais lúdicos.²²

Após o debate a palavra será estudada através da divisão silábica. Cada sílaba se desdobrará em sua respectiva família silábica, com a mudança da vogal. Em seguida, os educandos formarão palavras novas usando as famílias silábicas estudadas.

6.2 - LEITURA

Criar uma rotina de empréstimos de livros e folhetos com intuito de formar leitores e escritores ativos. Trabalhar com a “mala do livro” na sala de aula facilitando, assim, o acesso aos livros, revistas e folders disponibilizados pelos órgãos públicos.

São Sebastião não dispõe de uma sala adequada na qual se possa ler com conforto e em qualquer horário. Na administração da cidade há uma biblioteca, porém, não é permitido acesso na hora do almoço e não funciona à noite. No setor Residencial do Bosque, funciona uma biblioteca comunitária, mas não está mobiliada. A outra biblioteca da cidade fica em uma escola de ensino médio, porém não é acessível ao público externo.

A comunidade anseia por bibliotecas populares da forma que leciona Paulo Freire em “A importância do ato de ler”. Nesses espaços poderia se encontrar escritos, textos para todas as fases da leitura, desde neoalfabetizados até acervos históricos escritos pelos próprios educandos.

POSSÍVEIS TEMAS DE DEBATES:

- Drogas: lícitas/ ilícitas;
- Saúde/sexo. (DST, HIV, Hepatite, Gravidez Segura, Gravidez Desejada/ Indesejada);
- Profissão, Trabalho e Emprego - Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT);
- Documentação pessoal;
- Violência doméstica;
- Direitos da Criança e do Adolescente;
- Previdência Social: Benefícios, auxílios, pensões e aposentadoria.
- Direitos do Idoso. LEI 10.741/2003.

7- CRONOGRAMA

Em razão de as etapas no primeiro segmento estarem organizadas em semestres, esse será o prazo estabelecido. As atividades serão desenvolvidas na escola, de acordo com o cronograma do ano letivo de 2014.

Ações pretendidas:	Período de realização:
<ul style="list-style-type: none">• Fase de conhecimentos dos sujeitos envolvidos, por meio de entrevistas e dinâmicas;• Temas: Copa do Mundo. Esporte. Segurança Pública. Atividades pretendidas: Debates sobre esportes, violência. Lei Maria da Penha. Direito das Crianças e Adolescentes.	Julho
<ul style="list-style-type: none">• Tema: Drogas. Atividades pretendidas: Palestra sobre drogas, vícios, preferencialmente com um integrante da comunidade que se recuperou dos vícios através da pintura, Seu Chico.• Tema: Saúde, DST/HIV. Atividades pretendidas: Distribuição de folhetos, preservativos, palestra sobre métodos contraceptivos.	Agosto
<ul style="list-style-type: none">• Tema: Código Nacional de Trânsito. Atividades pretendidas: Debates sobre direitos e deveres dos pedestres e motoristas, em razão de alguns alunos voltarem a estudar para habilitar-se na condução de veículo automotor. Além do fato de que devemos conhecer as regras de trânsito. Vídeos educativos, leitura de placas.	Setembro
<ul style="list-style-type: none">• Tema: Estatuto do Idoso. Previdência Social. Atividades pretendidas: Debates sobre direitos dos idosos, aposentadoria, Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS).• Tema: Trabalho. Consolidação das Leis Trabalhistas. Direitos do empregado doméstico. Atividades pretendidas:	Outubro

<p>Debates sobre economia solidária, cooperativismo, estimulando iniciativas de geração de renda, cursos profissionalizantes, oportunidades de trabalho, artesanatos.</p>	
<p>•Tema: Diversidade: índio, negro, branco, gênero. Atividades pretendidas: Trabalhar a diversidade cultural e o respeito às diferenças.</p>	<p>Novembro</p>
<p>•Temas: crimes contra a honra, contravenções. Solidariedade, gentileza. Conciliação e Mediação de Conflitos. Atividades Pretendidas: Debates sobre conciliação, vizinhança, educação. Relação de cooperação.</p>	<p>Dezembro</p>

8- PARCEIROS

Serão prováveis parceiros o Ministério Público do Distrito Federal, Tribunal de Justiça do Distrito Federal, Secretaria de Saúde; Secretaria de Segurança Pública, Secretaria do Trabalho; Secretaria de Ação Social. Alguns já colaboram com folhetos, panfletos, revistas em quadrinhos e orientações.

9- ORÇAMENTO

O bom aproveitamento do projeto requer computadores, sala de informática, impressora, papel, livros didáticos e paradidáticos atualizados, revistas, jornais, folhetos, malas de livros.

Em razão da escassez de recursos materiais disponíveis será necessário fazer um planejamento financeiro para aquisição dos citados materiais.

Será necessário, ainda, que o Estado disponibilize servidores públicos das áreas do conteúdo em debate com objetivo de fazer palestra ou orientar o educador. Profissionais para fazer exames de vistas, psicólogos para verificar déficits e possíveis encaminhamentos devido ao grande número de alunos que permanecem na alfabetização. A solicitação de disponibilização do servidor será realizada no início do semestre para o correto planejamento dos profissionais e organização da administração pública.

10- ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO:

A avaliação será feita por relatórios escritos de atividades. Será composta por autoavaliação oral, em razão da dificuldade na escrita dos educandos. Além de ser oportunidade de trabalhar a oralidade. Avaliações escritas: observações diretas dos profissionais envolvidos (educadores, coordenadores, orientadores educacionais) para planejamento das atividades seguintes.

Será realizado acompanhamento aos educandos que estejam em situações de vulnerabilidade familiar e social para detectar necessidade de exames de vistas e encaminhamento de pessoas com necessidades especiais sem benefício assistencial aos órgãos competentes. Como incentivo aos estudos e combate a evasão receberão atendimento integral, como armações de óculos através de doações; encaminhamentos/direcionamento para consultas e empregos; orientação de criar associações e cooperativas. Alguns encaminhamentos ficarão condicionados à frequência de, no mínimo, 60% das aulas.

Para o êxito da proposta será incentivado a participação dos estudantes em todas as etapas do projeto. Portanto, adotaremos um sistema de avaliação continuada, pois essa experiência educativa constitui um processo em construção.

Sabendo que é utopia, que educar é sonhar, sonha-se com uma EJAT acontecendo em um centro cultural, no qual as ciências estão interligadas. A educação seja construída de forma global. Os pais podem estudar tranquilamente enquanto seus filhos estão em segurança recebendo atendimento adequado.

REFERÊNCIAS

ACORDA Raimundo, Acorda. De Alfredo Alves. Brasil. 1990. 16'. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch.>> Acesso em: 20/02/2014.

BOM dia meu nome é Sheila. (2009). Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=KVRwnko8YfA.>> Acesso em: 20/02/2014.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1988.

_____. Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

DISTRITO FEDERAL. Currículo em Movimento Educação de Jovens e Adultos, Secretaria de Educação do Distrito Federal. 2013.

FREIRE, Paulo. **“A importância do ato de ler”**. FREIRE: em três artigos que se completam. 41 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

MOSAICO de Olhares – Colônia I. Direção de Fernanda Litvin Villas Bôas, 2007 (37'45"). Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=DNsFBPtLG2c>> Acesso em: 28/02/2014.

NOSELLA, Paolo. Texto: **Trabalho e Educação**: Território e Globalização, 2011.

ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php. Acesso em: 20/02/2014.

O VENENO está na mesa – Direção de Silvio Tendler. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=NdBmSkVHu2s&list=PL9DC8398E7D88277>> e <[www.youtube.com/watch?v=WYUn7Q5cpJ8\(Parte2-12'01\)](http://www.youtube.com/watch?v=WYUn7Q5cpJ8(Parte2-12'01))>. Acesso em: 08/02/2014.

RÊSES, Erlando da Silva - **Cultura do Trabalho na Relação com a Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores**. Modulo II.

SEXUALIDADE, Sociedade e Política. Gênero e Diversidade na Escola: formação de professoras/es em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais. Livro de conteúdo. 2009. – Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

Sites Pesquisados:

<http://acordocoletivo.org/2012/12/18/declaracao-universal-dos-direitos-humanos-5/> > Acesso em: 28/02/2014.

www.codeplan.df.gov.br > Acesso em: 28/02/2014.

www.saosebastiao.df.gov.br > Acesso em: 28/02/2014.